



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638688 - SC (2021/0001534-0)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : IARA LUCIA DE SOUZA  
**ADVOGADO** : IARA LÚCIA DE SOUZA - SC026548  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PACIENTE** : JULIO CESAR PEREIRA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIO CESAR PEREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (*Habeas Corpus* n. 5042968-19.2020.8.24.0000).

O paciente foi condenado às penas de 5 anos de reclusão em regime inicial semiaberto e de 500 dias-multa, pela prática do crime de tráfico de drogas, tendo-lhe sido indeferido o direito de recorrer em liberdade, haja vista a permanência dos pressupostos que fundamentaram a sua prisão preventiva durante toda a instrução criminal.

A impetrante sustenta a desnecessidade da segregação cautelar, uma vez que as condições pessoais do paciente são favoráveis e que a sua liberdade não representa risco para a ordem pública.

Afirma que a prisão provisória do paciente é ofensiva ao princípio da presunção de não-culpabilidade e incompatível com o regime prisional inicial determinado pela sentença penal condenatória.

Requer, liminarmente, o deferimento do direito de recorrer em liberdade para o paciente com a imediata expedição do alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Ademais, consta do acórdão impetrado a informação de que a carta de execução de sentença já foi expedida e enviada ao Juízo da execução penal para adequação da segregação cautelar ao regime semiaberto determinado para o início do cumprimento da pena cominada ao paciente.

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente